

Ata N.º	24/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
ATA N.º 24/2015 DE 04 DE DEZEMBRO

----- Aos **quatro** dias do mês de **dezembro** do ano de **dois mil e quinze**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a vigésima quarta reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária e não pública, sob a presidência da Sr.^a Dr.^a Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, estando presente o Sr. Eng.º João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo, e o Sr. Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereador em regime de não permanência e a Sr.^a Dr.^a Liliana Ferreira Soares, em substituição do Sr. Carlos Dias Mota, vereador em regime de não permanência, a pedido deste, por não poder estar presente, ao abrigo do art.º 78.º conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 13 de Setembro, conforme comunicação escrita registada em vinte e seis de novembro de 2015, de que o Executivo tomou conhecimento. -----

----- Não compareceu à reunião o Sr. Presidente da Câmara, Dr. José Morgado Ribeiro, por se encontrar em gozo de férias. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica Assistente, Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e cinquenta minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”** -----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia foi abordado o seguinte assunto: -----

----- **a) Paragens do autocarro com transporte escolar na estrada que liga Vila Cova à Coelheira às Meieiras.** -----

----- A Sr. Vereadora Substituta D. Liliana Soares pretendeu saber a razão para terem deixado de ser feitas algumas paragens do autocarro com transporte escolar na estrada em epígrafe, dado que vários pais e encarregados de educação a questionaram sobre esse problema. -----

----- A Sr.^a Presidente da reunião informou que aquele transporte escolar é feito no âmbito de uma carreira pública regular de transporte de passageiros, pelo que a empresa transportadora – Transdev Interior, S.A. – por razões que se prendem com o

trajeto e horário de transporte que está autorizada a efetuar superiormente pelo IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., não pode parar em todos os locais que entenda ou que os pais e encarregados de educação pretendam mas somente nos locais reservados para o efeito, tendo aquela empresa tomado a decisão de deixar de efetuar algumas das paragens que vinha efetuando. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 - Apreciação e votação dos textos definitivos das atas das reuniões da Câmara Municipal dos dias 20 (ordinária) e 27 (extraordinária) do mês de outubro**, aprovadas e assinadas em minuta nas próprias reuniões. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção da Sr.^a Vereadora Substituta Liliana Soares por não ter estado presente na reunião, aprovar a o texto definitivo da ata da reunião ordinária de 20 de novembro, e por unanimidade aprovar o texto definitivo da ata da reunião extraordinária de 27 de novembro. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Aquisição de Energia Elétrica para o ano de 2016 ao abrigo do “Acordo Quadro para o Fornecimento de Eletricidade” (AQ_04/2015) da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIMVDL) – Decisão de contratar e decisão de escolha do procedimento** – Proposta da Sr.^a Vice-Presidente da Câmara datada de 03 de dezembro de 2015. -----

----- Foi presente à reunião a proposta da Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, do seguinte teor integral:-----

“Considerando que:

a) Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 104/2010, de 29 de setembro, foram extintas as tarifas reguladas de venda de energia elétrica a clientes com consumos em muito alta tensão (MAT), alta tensão (AT), média tensão (MT), baixa tensão especial (BTE) e baixa tensão normal (BTN), ficando a respetiva venda submetida ao regime de preços livres. Conforme n.º 1 do art.º 6.º daquele diploma, tal significa que, após 31 de dezembro de 2011, os clientes com aqueles tipos de consumos deveriam passar a ser abastecidos no mercado liberalizado.

b) Tendo em vista satisfazer para o ano de 2016 as necessidades de energia elétrica, designadamente para instalações, edifícios e iluminação pública, da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIMVDL) e dos Municípios associados que a integram, o respetivo Conselho Intermunicipal, por decisão de contratar tomada por deliberação em reunião de 2 de junho de 2015, autorizou a

Ata N.º	24/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

abertura do procedimento de concurso público, através da Central de Compras da CIMVDL, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), para a seleção de fornecedores de eletricidade de média tensão (MT), Lote 1, de baixa tensão especial (BTE), Lote 2, e de baixa tensão normal (BTN), Lote 3, para celebração de um acordo quadro (contrato público de aprovisionamento), utilizando para o efeito a plataforma eletrónica de contratação pública Saphety, utilizada por aquela Central de Compras.

c) A abertura do concurso público foi concretizada através do Anúncio de Procedimento n.º 4.396/2015 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 138, de 17 de julho de 2015, e Anúncio de Concurso n.º 256100-2015 publicado no Suplemento do Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) n.º 139, de 22 de julho de 2015.

d) Muito embora nos critérios de seleção do procedimento fosse prevista a adjudicação, por lote, às três melhores propostas de preço, o respetivo Júri do procedimento propõe no seu Relatório Final datado de 5 de outubro de 2015, que a seleção recaia no único concorrente ao procedimento, sociedade EDP COMERCIAL – Comercialização de Energia, S.A., tendo o Conselho Intermunicipal, em conformidade com a alínea b), do n.º 1, do art.º 252.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), decidido adjudicar o acordo quadro (contrato público de aprovisionamento) àquele concorrente em reunião de 6 de outubro de 2015, bem como aprovar a respetiva minuta do contrato de acordo quadro, em cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 98.º do CCP.

e) As necessidades de eletricidade neste Município para o ano de 2016 em baixa tensão especial (BTE) e em baixa tensão normal (BTN) são as indicadas no Mapa anexo, estimando-se para os preços máximos ali indicados um encargo no exercício de 2016 no montante de € 224.388,46 (duzentos e vinte e quatro mil, trezentos e oitenta e oito euros e quarenta e seis centimos), a que acresce o IVA à taxa normal em vigor de 23%, a suportar pela rubrica orçamental 01.02/02.02.01 (Encargos das instalações), tendo a seguinte Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos): Objeto principal – Vocabulário principal: 09310000-5 (Eletricidade).

f) Para a formação de contratos a celebrar ao abrigo de acordos quadro celebrados na modalidade prevista na alínea b), do n.º 1, do art.º 252.º do CCP, a entidade adjudicante deve dirigir aos cocontratantes um convite à apresentação de proposta nos termos previstos no n.º 1 do art.º 259.º do mesmo Código; como foi celebrado contrato de acordo quadro apenas com o único concorrente – EDP COMERCIAL, S.A. – o Município poderá dirigir um convite àquele sociedade para

apresentação de proposta circunscrita aos termos do acordo quadro AQ_04/2015 a concretizar.

g) Face ao valor estimado da despesa, compete à Câmara Municipal a decisão de autorização da despesa, como estabelece o art.º 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, mantido em vigor pelo art.º 14.º, n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, estando implícita nesta competência a decisão de contratar e a decisão de escolha do procedimento a que se referem, respetivamente, os artigos 36.º e 38.º do CCP.

Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 39.º do CCP:

1.º) Autorizar, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 36.º do CCP, a contratação do fornecimento de energia elétrica em Baixa Tensão Especial (BTE) e em Baixa Tensão Normal (BTN) para satisfação de necessidades de energia elétrica para o ano de 2016, de instalações, edifícios e iluminação pública do Município de Vila Nova de Paiva, no âmbito do acordo quadro AQ_04/2015 da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIMVDL).

2.º) Autorizar, ao abrigo do art.º 259.º CCP e para efeitos do art.º 38.º do mesmo Código, que para a formação do contrato a celebrar ao abrigo do referido acordo quadro seja convidada a sociedade EDP COMERCIAL – Comercialização de Energia, S.A., a apresentar proposta circunscrita aos termos do referido contrato público de aprovisionamento AQ_04/2015 que subscreveu, para os preços máximos e quantidades constantes do Mapa anexo da CIMVDL, com um encargo previsto de € 224.388,46 (duzentos e vinte e quatro mil, trezentos e oitenta e oito euros e quarenta e seis cêntimos), a que acresce o IVA à taxa normal em vigor de 23%, efetuando-se a tramitação da consulta através da plataforma eletrónica acinGov em uso neste Município.

3.º) Dispensar a apresentação de caução ao abrigo do n.º 1 do art.º 254.º do CCP.

4.º) Aprovar os termos do Convite para apresentação de proposta e o Caderno de Encargos anexos.

5.º) Dotar a respetiva rubrica orçamental, para o exercício económico de 2016, no montante necessário ao cumprimento do contrato a estabelecer pelo Município.

----- DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

Ata N.º 24/2015	
Livro N.º	Folha N.º
37	

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, e atendendo a que tradicionalmente o Município tem vindo a apoiar financeiramente a Associação na aquisição de equipamentos de socorro, o Executivo deliberou por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de dez mil euros, a processar no corrente mês de dezembro, desde que satisfeitas as condições legais para o efeito.-----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, a Sr.^a Presidente da reunião declarou encerrada a reunião, eram onze horas e quinze minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente minuta ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pela Sr.^a Presidente e por mim que a secretariei. -----

[illegible]